

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.167.494 - MG (2017/0218270-9)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
PROCURADOR : **MARIANE RIBEIRO BUENO - MG056566**
AGRAVADO : **FERNANDO REIS FERRAZ**
ADVOGADO : **SARAH DUTRA MORAES - MG121245**

DECISÃO

Trata-se de agravo do ESTADO DE MINAS GERAIS, em que objetiva admissão de recurso especial interposto contra acórdão do TJMG assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DOMICÍLIO FISCAL - PLURALIDADE - ESCOLHA DO CONTRIBUINTE - PERMISSÃO LEGAL.

1. O Código de Trânsito Brasileiro estabelece, em seu artigo 120, que o veículo automotor deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei;
2. O ordenamento jurídico brasileiro adotou a pluralidade de domicílios e a existência de imóvel residencial em outro Estado possibilita o registro do veículo pelo órgão executivo de trânsito e, conseqüentemente, gera o vínculo tributário do IPVA, eximindo o contribuinte de recolher o tributo em outros Estados em que possua domicílio.

No especial, a parte alega violação do art. 120 da Lei 9.503/1997 (CTB) e dos arts. 118 e 127, I, do CTN, pleiteando o reconhecimento da competência tributária do Estado de Minas Gerais em tributar automóvel de propriedade de pessoa física domiciliada em seu território, independentemente do local em que registrado e licenciado o bem.

O recurso especial foi inadmitido por ausência de omissão e pelo óbice da Súmula 7 do STJ.

Contraminuta foi apresentada pela parte agravada.

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado 3 do Plenário do STJ).

Considerado isso, importa mencionar que o recurso especial se origina de ação de embargos à execução em que se discute a legitimidade ativa tributária para o IPVA de veículo de propriedade de pessoa física com diversos domicílios.

No primeiro grau de jurisdição, os embargos foram julgados procedentes para reconhecer que, tendo o contribuinte diversos domicílios e não sendo

possível definir em qual deles tem sua residência fixa, poderia ele registrar o veículo no domicílio de sua escolha, cabendo ao ESTADO em que registrado o veículo automotor a capacidade ativa para tributá-lo pelo IPVA (e-STJ fls. 76/77):

Na verdade, constatado que a parte embargante possui mais de um domicílio, resta claro que pode optar por qualquer um deles para o registro de seu veículo, não havendo irregularidade no registro realizado no Estado de Espírito Santo.

io (sic) há, portanto, razão para a exigência do IPVA pelo Estado de Minas Gerais, vez que o mesmo já é quitado devidamente no Estado do Espírito Santo.

[...]

Diante do exposto, Julgo Procedente os Embargos à execução de molde a reconhecer que houve o pagamento do Tributo devidamente em outra unidade da Federação e, desse modo, determino a extinção da ação de execução ora embargada. Resolvo, pois, o processo com julgamento do mérito nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil.

O Tribunal *a quo* negou provimento à apelação do ESTADO DE MINAS GERAIS ao afirmar que, havendo pluralidade de residências, considerar-se-á o domicílio da pessoa natural qualquer uma delas. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fl. 122 e seguintes):

Assim, da análise da legislação tributária, combinada com o Código de Trânsito Brasileiro e Código Civil, verifica-se ser admissível a multiplicidade de domicílios e, no caso específico da multiplicidade de domicílio tributário, para pagamento do IPVA, caberá ao contribuinte a escolha do local onde registrará o veículo e pagará o tributo.

[...]

No caso destes autos, o embargante comprovou, às fls. 17/18, ser proprietário de um imóvel no Município de Piúma/ES, onde registrou o veículo VW Saveiro, Placa MTB-0781.

O fato de o embargante ser domiciliado no Município de Leopoldina/MG, onde possui domicílio eleitoral e fiscal para fins de imposto de renda e cadastro de produtor rural, não impede que possua outro domicílio no Estado do Espírito Santo.

A manutenção de um imóvel residencial em outro município indica vínculo permanente, a caracterizar o domicílio e possibilitar o registro do veículo na localidade. - Aliás, caso não fosse comprovado o domicílio ou residência do embargante no Estado do Espírito Santo, o próprio registro do veículo seria vedado pela norma do CTB, art. 120, que impediria o órgão executivo de trânsito do Estado do Espírito Santo de consumá-lo, o que não ocorreu.

A aferição do domicílio, portanto, cabe ao órgão executivo de trânsito, sendo a tributação mero ato conseqüente do registro.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

Pois bem.

O recurso especial não merece conhecimento.

A controvérsia trazida aos autos do recurso especial é a existência ou não do domicílio fiscal do contribuinte que autorize o registro, o licenciamento e a tributação da propriedade do veículo automotor no Estado do Espírito Santo.

Superior Tribunal de Justiça

Alega o ESTADO DE MINAS GERAIS que o contribuinte não possui domicílio habitual naquele Estado em que registrado e licenciado o veículo (ES), tendo registrado o veículo ali apenas para dificultar a arrecadação do IPVA de sua competência tributária.

Como relatado, as instâncias ordinárias consignaram que o contribuinte possui diversas residências, não sendo possível definir em qual deles tem sua residência fixa. Assim, seria designado como domicílio para fins de tributação pelo IPVA um de seus endereços residenciais, especificamente aquele utilizado para o registro e o licenciando o veículo automotor, ficando a competência tributária entregue ao Estado em que localizado o domicílio de eleição.

Nesse contexto, vê-se que a referida conclusão tem por fundamento a análise criteriosa do contexto fático, sendo inviável sua reforma em sede de recurso especial por aplicação do óbice da Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator